



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL CONSELHEIRO LAFAIETE
Relatório de Comprovante de Abertura de Processos

Página 1 / 1
Página 1
Data: 24/11/2022

Filtros aplicados ao relatório

Número do processo: 0011536/2022

Número do processo:	0011536/2022	Número único: 1C4.U8O.956-91
Solicitação:	264 - RECURSO	Número do protocolo: 126990
Número do documento:		
Requerente:	203663 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CPF/CNPJ do requerente: 00.360.305/0001-04
Beneficiário:	203663 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CPF/CNPJ do beneficiário: 00.360.305/0001-04
Endereço:	Rua SBS Nº 0 - 01500-000	
Complemento:		Bairro: CENTRO
Loteamento:	Condomínio:	Município: Conselheiro Lafaiete - MG
Telefone:	Celular:	Fax:
E-mail:		Notificado por: E-mail
Local da protocolização:	001.001.101 - SETOR DE PROTOCOLO	
Localização atual:	001.001.101 - SETOR DE PROTOCOLO	
Org. de destino:		
Protocolado por:	Valeria Cristina Ramalho	Atualmente com: Valeria Cristina Ramalho
Situação:	Não analisado	Em trâmite: Não Procedência: Interna Prioridade: Normal
Protocolado em:	24/11/2022 11:33	Previsto para: Concluído em:
Súmula:	ENVELOPE UNICO (RECURSO ADMINISTRATIVO) CONTENDO DOCUMENTAÇÃO --MEMORIAIS DE RECURSO PROPONENTE A (CAIXA ECONOMICA FEDERAL) PROCESSO LICITATORIO N/ 092/2022 --- PREGAO ELETRONICO N/ 052/2022 .	
Observação:		



Valeria Cristina Ramalho
(Protocolado por)

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
(Requerente)

Hora: 11:33:39

PREZADO SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG

Pregão Eletrônico nº 052/2022

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, empresa pública federal, constituída nos termos do Decreto-lei nº. 759/69, atualmente regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.199, de 26/02/2014, com sede em Brasília-DF e Agência nesta cidade de Conselheiro Lafaiete/MG, representada neste ato por seu procurador. Já qualificado neste procedimento licitatório, em face da decisão de inabilitação desse r. órgão, vem, tempestivamente, apresentar seu **RECURSO ADMINISTRATIVO**, requerendo seu processamento e remessa à competente instância julgadora acerca dos fatos em pauta:

I - DOS FATOS

Trata-se de recursos contra a decisão do Sr. Pregoeiro que inabilitou a CAIXA na participação do **Pregão Eletrônico nº 052/2022, cujo objeto é o processamento da folha de pagamentos dos servidores municipais**. Os argumentos para tanto foram:

A documentação de habilitação da licitante CAIXA ECONÔMICA FEDERAL foi conferida e estava em desconformidade com o Edital, sendo declarada sua INABILITAÇÃO, ante os seguintes fundamentos: a) deixou de apresentar documento comprovando os administradores da pessoa jurídica, em desconformidade com o disposto no item 8.4.4, caput e alínea 'a', do Edital, inclusive, impossibilitando a conferência da regularidade dos poderes outorgados através da procuração acostada aos documentos de habilitação e, por conseguinte, a regularidade das declarações subscrita por procurador; b) apresentou "Certidão positiva de distribuição (ações de falência e recuperações judiciais)", em desconformidade com o disposto no item 8.5.1 do Edital; c) Apresentou índice de Endividamento superior ao limite

estabelecido no item 8.5.2, alínea 'b', do Edital, conforme análise realizada pelo Setor de Contabilidade do Município, segundo dados retirados do Balanço Patrimonial apresentado pela licitante. Destaca-se, ademais, que o Balanço Patrimonial não se fez acompanhado de comprovante de registro, não sendo possível a verificação de autenticidade.

Entende a CAIXA, todavia, que as questões sobre esses itens e os documentos apresentados têm respaldo legal que permite o acatamento das razões apresentadas abaixo com a habilitação da empresa pública e continuidade do certame, nos termos da Lei 8.666/93.

II – DA PROCURAÇÃO E DE SUA REGULARIDADE

O instrumento de procuração apresentado foi devidamente lavrado na forma pública junto ao 2º Tabelionato de Notas de Brasília/DF. O Escrevente Notarial declara inequivocamente que conferiu o cargo e os poderes de quem conferiu o substabelecimento, em razão de procuração pública já assentada naquele mesmo cartório. Ou seja, os poderes do representante legal da CAIXA são regulares e resguardados pela fé pública do notário.

A própria Lei 8.935/94 confere aos tabeliães, notários e registradores a fé pública, ou seja, a não ser que se tenha prova em contrário, as declarações deles são verdadeiras:

Art. 3º Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.

Então, quanto à procuração, a legitimidade e poderes de representação de quem as conferiu já foi verificada pelo notário/tabelião. Não há previsão legal na Lei 8.666/93 para que os entes públicos possam recusar os documentos dotados de fé-pública.

Por tais motivos, pede a revisão da decisão, vez que o documento atende aos preceitos legais, sendo de direito sua aceitação como legítima e regular.

III – DA CERTIDÃO DE FALÊNCIAS - REGULARIDADE

Sobre o item "b" do apontamento, pondera-se que a Lei de Falências (Lei Federal nº 11.101/05) não se aplica a empresas públicas e tampouco a instituições financeiras:

Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor.

Art. 2º Esta Lei não se aplica a:

I – empresa pública e sociedade de economia mista;

II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

Portanto, se o processo é de falência, não é pedido contra a CAIXA, pois seria incabível. Verifica-se, ainda que o TJDF emite certidões sem entrar no mérito se a parte é ou não a autora do pedido de falência.

Todavia, há justificativa diversa, pois em consulta aos processos enumerados na certidão, apura-se que:

- Ação nº0724833-58.2022.8.07.0015, constatou-se que ele versa sobre pedido de suspensão de execução que a CAIXA tem contra KARLA TEIXEIRA SANTOS, pessoa física. , comprovação em anexo, que refuta qualquer impedimento contra a CAIXA. Não é ação de falência ou recuperação judicial.
- Ação nº 0724814-52.2022.8.07.0015, aonde ASAEL ANDRADE DE ALBUQUERQUE, pessoa física, faz pedido de revisão de contratos que tem com diversos bancos. Ou seja, igualmente não é ação de falência ou recuperação judicial. O documento em anexo descreve o tipo de ação, afastando a possibilidade de impedimento.
- Processo nº 0726728-59.2019.8.07.0015 de Impugnação de Crédito, conforme documentação em anexo.

Assim sendo, pondera-se que os apontamentos “falsos positivos” se dão em razão de limitação do TJDF e não de qualquer tipo de pedido de falência contra a CAIXA, até porque, legalmente, as instituições financeiras não estão sujeitas a tal regime, como aborado.

Por tal motivo, pede a reconsideração do ponto, com o acatamento dos documentos em anexo e a habilitação da CAIXA quanto ao item.

IV – DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO E DO BALANÇO PATRIMONIAL

Em se tratando de instituições financeiras o índice adequado para medir a solvência bancária atestando a qualificação econômico financeira nos termos do item 8.5 do edital é o índice de Basiléia regulamentado pela Resolução 2.099/1994 do Conselho Monetário Nacional e calculado de acordo com as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional nos termos das resoluções 4.192/2013 e 4.193/2013, sendo necessário o resultado igual ou superior a 11% (onze por cento) para atendimento à legislação.

O cálculo de índice de liquidez e índice de endividamento não se mostram suficientes para efetiva qualificação econômico-financeira às instituições financeiras uma vez que, para estas, existe regramento próprio, sendo normas de direito público, emitidas pela entidade reguladora do Sistema Financeiro Nacional.

O balanço patrimonial comprova que a CAIXA está dentro dos limites das resoluções do Banco Central, conforme o Balanço Patrimonial apresentado, com Índice de Basiléia de 19,27%¹ em 31/12/2021, acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

Sobre o registro de Balanço, trata-se de documento público e que sempre é registrado pelas instituições financeiras, trata-se de mera irregularidade que pode ser complementada por simples diligência, sem prejuízo, o próprio Edital prevê a possibilidade de apresentação de comprovação de sua autenticidade:

18.5.1 - O Pregoeiro poderá determinar a apresentação de documento original, com vistas à confirmação da autenticidade de cópia apresentada no certame, quando julgar necessário ou se o documento for impugnado por algum licitante, em prazo a ser definido para cumprimento da diligência.

A praxe nas licitações é de apresentação dos documentos tal qual expostos pela CAIXA e, havendo dúvida sobre qualquer ponto a ele referente, o pregoeiro solicita documentos complementares. Isso se dá porque as instituições financeiras somente operam com tal documentação em dia.

Além disso, o artigo 3º, da Lei 9.784/99 requer que a Administração Pública atue com razoabilidade e proporcionalidade:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

A mera diligência sanará qualquer tipo de dúvida acerca do registro do Balanço Patrimonial, cujo documento é de imediata disponibilidade à CAIXA.

V - DO PEDIDO

Forte nestes argumentos resta clara a procedência dos argumentos recursais da CAIXA, não podendo deixar de nortear todo o sistema jurídico o princípio da razoabilidade.

¹ Disponível na “Nota 33” das Demonstrações Contábeis Caixa Econômica Federal ora apresentadas, página 105.

Assim exposto, a CAIXA requer o acatamento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO para o fim de reformar a decisão havida em primeira instância e, por consequência, determinar a habilitação da empresa pública federal no **Pregão Eletrônico nº 052/2022**.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 24 de Novembro de 2022.

MARCELO MARTINS
PEREIRA:00424194686

Assinado de forma digital por
MARCELO MARTINS
PEREIRA:00424194686
Dados: 2022.11.23 17:23:31 -03'00'

Nome: MARCELO MARTINS PEREIRA

Cargo/Função: Superintendente Executivo Governo
Mat. nº: C054139

